



O sindicalismo amazonense sob a mira da ditadura: lideranças sindicais, associações operárias e golpe de 1964

CÉSAR AUGUSTO QUEIRÓS

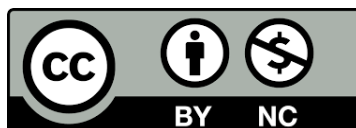
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e264556, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.264556>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

O sindicalismo amazonense sob a mira da ditadura: lideranças sindicais, associações operárias e o golpe de 1964

RESUMO: O golpe de 1964 deu início a uma ditadura que durou 21 anos e desencadeou uma intensa perseguição política no país, com severas consequências para os trabalhadores e seus sindicatos. Lideranças sindicais foram presas, sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção. Tal ação acabou por desarticular uma intensa mobilização que há décadas vinha sendo articulada pelos trabalhadores. Nesse sentido, pretendemos analisar o processo de organização sindical no estado do Amazonas e os impactos do golpe de 1964 sobre essas associações e suas principais lideranças. Deste modo, em um primeiro momento faremos uma breve introdução sobre o sindicalismo no Amazonas no período que antecedeu o golpe para, logo em seguida, apresentar as suas consequências sobre os sindicatos e suas principais lideranças.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura; sindicalismo; Amazonas; intervenção; golpe de 1964.

El sindicalismo amazonense bajo la mira de la dictadura: liderazgos sindicales, asociaciones obreras y el golpe de 1964

RESUMEN: El golpe de 1964 dio inicio a una dictadura que duró 21 años y desencadenó una intensa persecución política en el país, con severas consecuencias para los trabajadores y sus sindicatos. Dirigentes sindicales fueron encarcelados, los sindicatos fueron clausurados o sufrieron intervención. Tal acción terminó por desarticular una intensa movilización que desde hacía décadas venía siendo articulada por los trabajadores. En este sentido, pretendemos analizar el proceso de organización sindical en el estado de Amazonas y los impactos del golpe de 1964 sobre estas asociaciones y sus principales dirigentes. De este modo, en un primer momento haremos una breve introducción sobre el sindicalismo en Amazonas en el período que antecedió al golpe para, a continuación, presentar sus consecuencias sobre los sindicatos y sus principales liderazgos.

PALABRAS CLAVE: dictadura; sindicalismo; Amazonas; intervención; golpe de 1964.

Amazon trade unionism under the sights of the dictatorship: union leadership, worker's associations, and the 1964 coup

ABSTRACT: The 1964 coup began a dictatorship that lasted 21 years and triggered intense political persecution in the country, with severe consequences for workers and their unions. Union leaders were arrested, unions were closed or intervened. This action ended up dismantling an intense mobilization that had been articulated by workers for decades. In this sense, we intend to analyze the impacts of the 1964 coup on Amazonian unions and their main leaders. Therefore, at first we will make a brief introduction to trade unionism in Amazonas in the period leading up to the coup and then present its consequences on trade unions and their main leaders.

KEYWORDS: dictatorship; unionism; Amazonas; intervention; 1964 coup.

O sindicalismo amazonense sob a mira da ditadura: lideranças sindicais, associações operárias e golpe de 1964

CESÁR AUGUSTO QUEIRÓS

Introdução

O golpe civil-militar ocorrido no Brasil em março de 1964 deu início a uma ditadura que durou 21 anos e desencadeou intensa perseguição política no país, com severas consequências para os trabalhadores e seus sindicatos. Lideranças sindicais foram presas, sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção. Tal ação acabou por desarticular uma intensa mobilização que há décadas vinha sendo articulada pelos trabalhadores que, passo a passo, conquistavam seu espaço no cenário político e atuavam como agentes da vida pública, interferindo de maneira efetiva nos rumos da política brasileira. Desta forma, pretendemos neste artigo analisar os impactos do golpe de 1964 sobre os sindicatos amazonenses e suas principais lideranças. Para isso, em um primeiro momento, faremos uma breve discussão sobre o sindicalismo no Amazonas no período que antecedeu o golpe para, logo em seguida, apresentar as suas consequências sobre os sindicatos e suas principais lideranças.

O processo de organização sindical no Amazonas antes de 1964

Em meados dos anos 40, a relativa perda de espaço político do Partido Comunista Brasileiro (doravante PCB) em virtude do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (doravante PTB) o levou a uma aproximação com as

associações sindicais e ao apoio às greves que pipocavam país afora. Como boa parte dessas greves foi liderada pelas comissões de fábrica – e não pelos sindicatos –, evidenciando a opção pela ação direta e da negociação com o patronato em detrimento da via corporativa e da negociação via Justiça do Trabalho, tal situação acabou acarretando um conjunto de disputas entre comunistas e trabalhistas no âmbito dos sindicatos e associações operárias.¹

Com a aproximação do partido com os sindicatos e com uma decisiva atuação em diversas categorias profissionais, o PCB fortalecia seu status de “partido da classe operária”, tendo obtido expressivas votações nas eleições de 1945 e 1947. Em 1947, o PCB conseguiu eleger diversos deputados nas assembleias legislativas estaduais, elegendo a terceira maior bancada no parlamento paulista.² No entanto, naquele mesmo ano, o partido foi colocado na ilegalidade³ e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil teve suas atividades suspensas por estar funcionando sem o registro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, desenvolver “intensa ação política” e se opor à “harmonia e paz sociais.” Cerca de quatrocentos sindicatos que haviam apoiado a CTB sofreram intervenção.⁴

A impossibilidade de seguir a linha político-partidária, a cassação de todos os parlamentares comunistas eleitos e o fechamento da via sindical aprofundaram a opção por uma aproximação direta com as bases. Evitando o envolvimento com os sindicatos “ministerialistas”, o partido passou a atuar junto às comissões de fábrica, repudiando o corporativismo. Tal prática política se acentuou a partir de 1952, quando o Comitê Central do partido aprovou uma proposta de retorno à militância nos sindicatos oficiais e aproximação com os trabalhistas, especialmente com o PTB, provocando um gradual afastamento das posições mais radicais do Manifesto de Agosto de 1950,⁵ que foi a expressão do compromisso do partido com a revolução e da reafirmação do ideal revolucionário diante de um governo considerado “traidor.”⁶

¹ Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, in Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs.), *O Brasil republicano* (Vol. 3), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 47-96 (p. 57).

² Daniel Aarão Reis Filho, “Entre Reforma e Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”, in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, Campinas: Editora Unicamp, 2002, pp. 73-108 (p. 72).

³ Eder de Oliveira, “Entre a Reforma e a Revolução: o PCB e a Revolução Brasileira”, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017, p. 87, <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b1129205-6e12-409c-bec3-ae84e3bc70bf>.

⁴ Evaristo Giovanetti Netto, *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*, São Paulo: Novos Rumos, 1986.

⁵ Lucília Neves Delgado, *PTB: do getulismo ao reformismo*, São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 176.

⁶ Ver o Manifesto de 1950 em: Edgard Carone, *O P.C.B. (1943-1964)* (Vol. 2), São Paulo: Difel, 1982, p. 176.

No estado do Amazonas, o quadro não foi diferente. Mesmo na clandestinidade, a presença do PCB junto aos sindicatos era evidente. No entanto, se, por um lado, é possível verificar essa forte presença de lideranças vinculadas ao PCB na base sindical, por outro lado, o crescimento político do PTB no estado e sua forte ligação com o movimento sindical desencadeou uma série de disputas entre trabalhistas e comunistas pelos postos de direção das principais associações operárias amazonenses. Tais disputas se intensificaram principalmente a partir de 1954, quando o PTB logrou o êxito de eleger Plínio Ramos Coelho, advogado com uma trajetória de atuação junto aos sindicatos, para o governo do estado do Amazonas, inaugurando um período de hegemonia política no Amazonas ao vencer três pleitos eleitorais consecutivos (Plínio Ramos Coelho, em 1954, Gilberto Raposo Mestrinho, em 1958 e, novamente, Plínio Ramos Coelho, em 1962).⁷ A presença de lideranças ligadas ao Partido Trabalhista nos postos chave dos principais sindicatos e associações operárias era visto como uma forma de assegurar o apoio das hostes trabalhistas ao partido e reduzir a possibilidade de deflagração de greves que pudessem questionar e desestabilizar os governos dos trabalhistas.

Neste cenário, as disputas políticas sobre os postos de direção da Casa do Trabalhador do Amazonas (doravante CTA) foram se tornando cada vez mais intensas. Considerada o “quartel general dos trabalhadores da terra cabocla”,⁸ ela pode ser considerada um espaço privilegiado para se compreender o significado e a abrangência dessas disputas. A CTA foi criada em junho de 1947, tendo como finalidade “servir de sede às entidades sindicais existentes ou que vierem a ser organizadas” e recebia auxílio financeiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), por meio da Delegacia Regional do Trabalho (doravante DRT).⁹

Seu lema, “Paz, Trabalho, Pão e Liberdade”, até hoje está inscrito nas paredes da Casa do Trabalhador. Sua primeira diretoria era composta por Otavio Teixeira Moraes da Câmara (presidente),¹⁰ Serafim Augusto de Andrade (secretário) e Francisco Caetano de Andrade (tesoureiro), eleita pelo colégio

⁷ César Augusto Bubolz Queirós, “O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o golpe de 1964 no Amazonas”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 8, n. 15 (2016), pp. 49–65, <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2016v8n15p49>.

⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 27 mai. 1949, p. 4.

⁹ Um imóvel situado na Rua Marcílio Dias, 256, foi cedido aos trabalhadores a título provisório pelo governador Álvaro Maia através do decreto Lei nº 1251, de junho de 1944. O imóvel foi entregue definitivamente às entidades sindicais, pela lei nº 406, de 26 de agosto de 1947, pelo então governador Leopoldo Neves.

¹⁰ Otavio Teixeira Moraes da Câmara era gráfico e concorreu a Deputado Estadual pelo PTB em 1950.

eleitoral formado exclusivamente por dirigentes das entidades sindicais sediadas na CTA, cabendo um voto a cada entidade.¹¹

Nos primeiros anos da CTA, a despeito do crescente processo de organização do PCB no estado,¹² o partido não conseguiu lograr o êxito de influenciar nos rumos da nova sede, havendo uma estreita relação da Casa do Trabalhador com o PTB. Em 1949, é eleita a nova diretoria, formada por Jamacy Senna Bentes de Souza (presidente), Serafim Augusto de Andrade (secretário) e Francisco Caetano de Andrade (tesoureiro).¹³ Jamacy Senna era um entusiasta do trabalhismo, tendo participado da recepção a Getúlio Vargas em Manaus no ano seguinte e tendo encabeçado um abaixo-assinado em favor do então governador Plínio Ramos Coelho em 1958.¹⁴ Otavio Câmara, primeiro presidente da CTA, também era do PTB, tendo sido um dos oradores no comício queremista de 1945 e concorrido a deputado estadual pelo partido em 1950.¹⁵

Em fins de 1950, ocorreram novas eleições e, novamente, o grupo trabalhista conquistou os cargos de direção. Nessa ocasião, a diretoria passou a ser formada por Sansão da Costa Novo (presidente),¹⁶ Jamacy Senna de Souza (secretário) e Francisco Correa de Assis (tesoureiro). O Conselho Fiscal passou a ser formado por Raimundo Amaral Marinho, Raimundo Pereira da Silva e Jorge Simplício do Nascimento.¹⁷ Em dezembro de 1954, foi eleito para a presidência da CTA Antônio Cândido Barbosa.¹⁸

Só no final da década de 1950 os comunistas se aproximaram de forma mais efetiva dos postos de liderança da CTA. Em fins de 1958, Manuel Amâncio de Oliveira, presidente do Sindicato dos Portuários, foi eleito presidente da associação, tendo como secretária Maria Pucu Campelo, esposa de Geraldo Campelo. A eleição de Oliveira ocorreu logo após ele ter liderado, na condição de presidente do Sindicato dos Portuários, uma greve que paralisou o porto de Manaus e na qual foi conquistado o aumento salarial de 22%.¹⁹

A tomada da diretoria da CTA por lideranças ligadas ao PCB gerou profundos descontentamentos e, diante de um cenário marcado pelo surgimento de outras federações que também desejavam espaço político – como, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores da Indústria e Federação dos

¹¹ *Jornal do Commercio*, 22 jun. 1947, p. 1.

¹² César Augusto Bubolz Queirós, “Comunismo e sindicalismo: o PCB e as disputas sindicais ‘na grande terra oprimida dos barés’ (1944-1964)”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14 (2022), pp. 1-20, <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2022.e87183>.

¹³ *Jornal do Commercio*, 22 jan. 1949, p. 3.

¹⁴ *Jornal do Commercio*, 26 set. 1958, p. 4.

¹⁵ *Jornal do Commercio*, 9 jan. 1945, p. 1.

¹⁶ Presidente do Sindicato de Trabalhadores de Carris Urbanos.

¹⁷ *Jornal do Commercio*, 16 dez. 1950, p. 6.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 16 dez. 1954, p. 6.

¹⁹ *Jornal do Commercio*, 25 out. 1958, p. 1.

Trabalhadores em Transportes Fluviais do Amazonas – as disputas passaram a ficar cada vez mais acirradas. A Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Amazonas (doravante FTI) foi fundada em 29 de março de 1957, nas dependências da Casa do Trabalhador, reunindo inicialmente cinco sindicatos da categoria (os sindicatos das Indústrias de Calçados, de Construção Civil, das Indústrias da Borracha, das Indústrias Metalúrgicas e de Serrarias).²⁰ Sua primeira direção era composta por Antônio Alves de Souza (metalúrgico), Manoel Rodrigues da Silva (Mestre de obras) e Luiz Barros Santana (artesão sapateiro). Os dois últimos eram membros do PCB local e, diante do acirramento das disputas entre comunistas e trabalhistas, ambos saíram da diretoria em 1959 e passaram a fazer oposição a Antônio Alves de Souza. Nos anos seguintes, essa entidade teve um crescimento notável e, em 1961, já era composta por 16 sindicatos associados. Com isso, a entidade passou a desempenhar um papel fundamental na dinâmica do sindicalismo amazonense.

Assim, em dezembro de 1960, foram marcadas as eleições para a diretoria. A eleição foi bastante conturbada e transcorreu em um clima de radicalização e denúncias de fraudes. Antogildo Pascoal Viana, Presidente do Sindicato dos Estivadores, declarou que havia “dedo de político” acirrando as rivalidades e provocando divisão no movimento sindical.²¹ Viana referia-se à influência do PTB sobre parte das lideranças sindicais que faziam oposição à gestão de Manuel Amâncio (PCB).²² Diante desta polarização, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação denunciou a não homologação da inscrição de 20 nomes de membros. Diante disso, Jose Gomes de Carvalho, presidente do sindicato, rasgou o processo eleitoral, dando início a um conflito físico com Manuel Amâncio.

Os membros da oposição se retiraram e foi eleita uma chapa ligada ao PCB e constituída por Francisco Washington (garçom), Walter de Souza Lima (motorista autônomo) e Manuel Amâncio (portuário). No entanto, embora a eleição de 1960 tenha representado a manutenção dos comunistas nos postos de direção da CTA, as disputas encetadas nesse momento proporcionaram o entrelaçamento de duas importantes forças sindicais: a Federação dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais do Amazonas (doravante FTTFA) e a FTI. Este episódio representou ainda um racha no movimento sindical amazonense, provocando uma diáspora de entidades sindicais que saíram da

²⁰ *Jornal do Commercio*, 4 abr. 1957, p. 6.

²¹ César Augusto Bubolz Queirós, “‘Que fizeram com meu pai?’: sindicalismo e ditadura no Amazonas”, *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 4 (2020), pp. 183-206, <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2022.e87183>.

²² *Jornal do Commercio*, 18 dez. 1960, p. 1.

CTA: das vinte e nove entidades que eram filiadas à CTA antes das eleições, permaneceram apenas onze.

Os sindicatos que haviam pedido desfiliação da CTA inauguraram uma nova sede: a Casa dos Sindicatos de Manaus (doravante CSM), localizada na esquina das ruas Lobo d'Almada e Henrique Martins.²³ Na solenidade de inauguração da CSM, estavam presentes o Delegado Regional do Trabalho, Nelson Braga; Danilo Areosa, representando o Governador Gilberto Mestrinho (PTB), e algumas autoridades militares. Na ocasião, foi reafirmado o apoio daquelas associações ao governador e à defesa da legalidade.

Com a crise decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, é importante destacar o papel desempenhado pelos trabalhadores na mobilização que garantiu a posse de Jango. Após a renúncia de Jânio, e com a ausência de Goulart – que estava em visita diplomática à China –, o Congresso Nacional deu posse ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, e, três dias depois, os militares encaminharam ao Congresso um documento vetando a posse de João Goulart. Diante desse conturbado cenário e da mobilização de diversos setores da sociedade, ocorreu uma intensa mobilização das forças progressistas e a deflagração de uma greve conclamada pelo movimento sindical a fim de garantir a posse de Jango.

No Amazonas, a crise institucional se deu em um momento de profunda fratura no movimento sindical e acabou por se tornar mais um elemento de disputa. Assim, em resposta a um “comunicado aos trabalhadores”, publicado no periódico *O Jornal* pelas lideranças da CTA,²⁴ os sindicatos descontentes fizeram publicar uma nota de esclarecimento na qual criticavam duramente a “atuação degradante e apátrida da maioria dos dirigentes da CTA” afirmando que os trabalhadores não se deixam mais iludir por líderes de fãncaria e a eles caberá nas assembleias de suas entidades escolher o caminho da verdade. Aos trabalhadores de todas as categorias que neste momento de angústia e de transe da pátria comum confiam como confiamos nos que a democracia não será maculada com desordens e motins tão ao gosto dos comunistas.²⁵

Na mesma nota, acusavam os diretores da CTA de serem empregados de Moscou e de publicar um jornal chamado *Novos Rumos*, no qual pregavam a subversão da ordem pública e a luta de classes. Os líderes da CTA, por sua vez, acusavam seus opositores de partidários dos golpistas. Em novembro, as três principais federações de trabalhadores do Amazonas – Federação dos Comerciários do Amazonas (FCEA), FTTFA e FTI – lançaram um apelo aos

²³ *Jornal do Commercio*, 10 set. 1961, p. 1.

²⁴ Em 25 de outubro de 1961, eclodiu em Manaus a greve dos bancários.

²⁵ *Jornal do Commercio*, 03 set. 1961, p. 1.

trabalhadores para que participassem de uma solenidade religiosa realizada na Igreja da Matriz em homenagem “às almas dos militares e cidadãos mortos em defesa de nossas instituições na Intentona Comunista de novembro de 1935.”²⁶

Em dezembro de 1961, a vitória da chapa formada por Clodesmidt Riani e Dante Pelacani²⁷ na eleição para a nova diretoria Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (doravante CNTI) representou o resultado da aliança formada no plano nacional pelos elementos mais progressistas do PTB e o PCB. Assim, em meados de 1962, a diretoria da CNTI convocou o IV Encontro Sindical Nacional, que formalizaria a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (doravante CGT). O CGT foi criado a partir de três Confederações: a CNTI, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). Seu objetivo era unificar e coordenar nacionalmente as lutas dos trabalhadores brasileiros, defendendo o aumento de 100% do salário-mínimo, a aproximação dos níveis salariais em todo o país, a aplicação efetiva do já instituído salário-família, o direito de greve, sem as restrições legais e práticas em curso, a redução do custo de vida, as lutas camponesas e o pagamento do 13º salário. Fruto da organização e da dinâmica que os próprios trabalhadores desenvolveram ao longo de décadas, desde sua criação, o CGT será a principal liderança nas lutas dos trabalhadores brasileiros.²⁸

No Amazonas, a vitória do grupo nacionalista nas eleições da CNTI provocou uma gradativa aproximação entre os grupos que disputavam o exercício da liderança do operariado baré. Essa aproximação foi articulada por Aviz Valente (CSM) e Luiz Barros Santana (CTA). Tal aproximação pode ser verificada a partir da presença de representantes das duas entidades em confraternizações, assembleias e solenidades que, muitas vezes, eram chamadas pelas duas casas. Assim, foi convocada uma assembleia geral a ser realizada em 10 de outubro de 1962, na sede da CSM, tendo três pontos de pauta: a) Fundação da CGT/AM; b) Eleição do Secretariado Executivo; e c) Eleição do representante da CGT/AM para a plenária no CGT nacional.

A fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) foi aprovada por unanimidade, com a participação de 26 entidades.²⁹ Após a aprovação da criação da CGT/AM, foi eleita sua executiva estadual que

²⁶ *Jornal do Commercio*, 26 nov. 1961, p. 8.

²⁷ Antigo membro do PCB, então presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos e diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

²⁸ Lucília Neves Delgado, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 67.

²⁹ Aviz Valente, *CGT: antecedentes e protagonistas*, Manaus: Travessia, 2005, p. 75.

refletia a divisão do movimento sindical amazonense.³⁰ O último ponto da pauta foi o que gerou mais discórdias. Segundo Valente, a direção nacional do CGT havia encaminhado uma correspondência a todas as entidades do estado solicitando que fosse eleito um delegado estadual que representaria o sindicalismo do Amazonas na plenária que seria realizada na sede da CNTI. Diante da divisão política que cindia o sindicalismo amazonense, os dois grupos disputaram de forma ferrenha a indicação do delegado estadual. As entidades ligadas à CSM indicaram o nome do gráfico Aviz Valente, então presidente da FTI e do STI dos gráficos de Manaus, enquanto os sindicatos e federações associados à CTA propuseram o nome de Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Portuários. A divisão entre os grupos era tamanha que o resultado da eleição acabou empatado: 13 votos para cada candidato. Após a recontagem, o sindicalista Clovis Barreto, do Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Manaus, sugeriu que o impasse fosse decidido por sorteio. A sugestão foi acatada por unanimidade e, após a realização do sorteio, foi dada a vitória a Aviz Valente.³¹

Em abril de 1963, eclodiu em Manaus um grande movimento paredista que paralisou a cidade: a greve dos tecelões, que contava ainda com o apoio dos estivadores.³² Em março de 1963, o STI da tecelagem havia protocolado a pauta do pleito de reajuste salarial anual da categoria, reivindicando 100% de aumento junto ao patronato. Naquele contexto, a maior empresa do setor era a Brasil Juta, que empregava mais de 600 operários e liderou a resistência dos patrões. Diante desse cenário, o sindicato recorreu à DRT, a fim de promover reunião conciliatória. Na reunião conciliatória de 14 de março, o sindicato propôs um aumento salarial de 40% enquanto a Brasil Juta e algumas outras empresas do ramo (Razac, FiteJuta e Matinha) propunham zero. Tendo sido chamado para intermediar o impasse, o governador Plínio Coelho recebeu no Palácio Rio Negro, no dia 18 de abril, uma comissão de representantes da CGT, do STI de Tecelagem, da DRT e da Brasil Juta a fim de encontrar uma solução.³³ Nessa reunião, foi solicitado pela empresa um prazo de 72 horas a fim de aguardar a chegada do diretor-presidente da empresa a Manaus, Álvaro de Souza Carvalho.

³⁰ A diretoria eleita era composta por Aviz Valente (FTI), presidente; Raimundo Jacinto da Silva (STI Destilação e Refino de Petróleo) e Mauro Pinheiro (Sindicato dos Operários do Porto), primeiro e segundo vice-presidentes; Fabio Lucena (Sindicato dos Bancários) e Manoel Rodrigues (Sindicato dos empregados em Hotéis), primeiro e segundo secretários; Francisco Washington Rodrigues (STI da Construção Civil) e Walter Ipiranga (FTTFA), primeiro e segundo tesoureiros. A diretoria ficou assim com três representantes diretamente ligados ao PCB: Mauro Pinheiro, Manuel Rodrigues e Francisco Washington (presidente da CTA).

³¹ Valente, *CGT: antecedentes e protagonistas*, p. 77.

³² Além de estivadores e tecelões, padeiros e trabalhadores de serrarias também preparavam seus movimentos grevistas em virtude de não terem atendidas suas reivindicações salariais.

³³ *Jornal do Commercio*, 20 abr. 1963, p. 1.

No dia 22 de abril, acompanhado de alguns de seus secretários, o governador Plínio Ramos Coelho foi à sede da CTA para tentar dissuadir os trabalhadores de darem prosseguimento à greve. Nessa ocasião, afirmou que “as baionetas estão voltadas contra vós e contra mim. Contra vós, se não saberdes respeitar a ordem, contra mim se não souber fazer respeitar a lei a ser mantida”,³⁴ tendo ordenado que o prazo solicitado pelos empregadores fosse concedido e que a greve fosse suspensa até o dia 24 de abril. Após a saída das autoridades, os representantes dos sindicatos e associações operárias passaram a deliberar, ficando evidentes as disputas e divisões existentes no sindicalismo amazonense: de um lado, Aziz Valente, presidente da CGT, buscando convencer os companheiros da necessidade de atender ao apelo feito pelo governador e da suspensão da greve até o prazo solicitado; de outro lado, Antogildo Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, insistindo em permanecer de braços cruzados em solidariedade aos tecelões que deliberaram pela deflagração da paralisação na madrugada do dia 23. O pedido de prazo foi rechaçado pela assembleia e, diante do impasse, Aziz Valente ameaçou renunciar à presidência da entidade. Com a deflagração da greve dos tecelões, a polícia iniciou a repressão, prendendo grevistas (como Antogildo Viana e Manoel Rodrigues) e dispersando piquetes nas portas das empresas com a justificativa de garantir a liberdade de trabalho.

Em pronunciamento às rádios, o governador Plínio Ramos Coelho criticou duramente a atitude dos tecelões, destacando a “inoportunidade” da greve e afirmando que na Casa do Trabalhador estava formada a baderna. Para ele, por trás dos tecelões estariam “elementos estranhos à classe, comunistas fichados que exploram os trabalhadores em busca de interesses escusos.” O governador solicitou forças federais para evitar que o Amazonas se transformasse numa “China ou Cuba” e concluiu sua radio-transmissão afirmando que não era Lacerda nem Pilatos mas que “a ser Pilatos, prefiro ser Lacerda se como Pilatos decretar a falência do estado e se como Lacerda salvar a sobrevivência do Estado.”³⁵

Na madrugada do dia 23, a polícia invadiu a sede do Sindicato dos Bancários, na rua da Instalação, onde se reuniam algumas das principais lideranças da CGT e da FTI. A pressão exercida pelo patronato, pelo governo do estado e pela polícia era constante. Prisões das lideranças sindicais, perseguição aos grevistas e invasões às sedes eram acompanhadas da contratação de fura-greves para substituir os trabalhadores parados. No dia 24, os jornais noticiavam que o trabalho se encontrava quase normalizado, com 80% dos teares em

³⁴ *Jornal do Commercio*, 23 abr. 1963, p. 1.

³⁵ *Jornal do Commercio*, 23 abr. 1963, p. 1.

funcionamento. No entanto, a greve dos estivadores continuava e algumas empresas – como a Brasil Juta – continuavam operando com apenas 55% dos trabalhadores, sendo que a empresa encaminhou ofício ao sindicato negando qualquer aumento de salário antes do término da greve e dando um prazo até a próxima sexta-feira para que os grevistas voltassem a seus postos. Após isso, seriam demitidos e substituídos. Após a leitura do ofício durante assembleia realizada no dia 24, na Casa do Trabalhador, os trabalhadores adiaram a decisão para o dia seguinte.³⁶

Na assembleia da tarde de quinta-feira, 25, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Juta, Francisco Fernandes Vieira, realizou um discurso apelando para que seus companheiros retomassem as atividades e a greve foi dada por encerrada. No entanto, a greve dos estivadores continuava, o que levou o governador a reforçar o policiamento – tanto da Polícia Militar quanto do Exército – na *Manaos Harbour* a fim de garantir a “liberdade de trabalho” além de deslocar 500 trabalhadores das “linhas de fora” para realizar o serviço de descarga dos navios ancorados no porto. A situação encontrava-se tão delicada que, por ordem do governador, as aulas de todos os estabelecimentos de ensino da cidade foram suspensas pois o governo iria “terminar a greve.”³⁷

Na sexta-feira, enquanto o jornal *A Crítica* trazia a seguinte manchete: “Voltam ao trabalho ou perdem o emprego”, o *Jornal do Commercio* elogiava: “Governador usa pulso forte.” De fato, tecelões e estivadores voltaram ao trabalho na sexta-feira. Nem mesmo os 500 trabalhadores mobilizados para substituir os grevistas foram necessários pois, com o fim da greve, os serviços de descarga foram restabelecidos. O governador obteve dos empregadores a garantia de que não haveria punição aos grevistas e que, em maio, eles receberiam um aumento “por mínimo que seja.” No sábado, o retorno dos trabalhadores às atividades repercutia na imprensa da seguinte maneira: “Sinfonia dos teares e ranger dos guindastes do cais do porto voltaram a dar vida à cidade.”³⁸

Contudo, mal havia encerrado as greves de tecelões e estivadores, notícias relacionadas a uma greve geral convocada pela direção nacional do CGT começavam a circular na imprensa. Diante dessa situação, representantes da Casa dos Sindicatos de Manaus dirigiram-se ao governador a fim de informar que não tinham a intenção de participar da greve geral anunciada pela direção

³⁶ *Jornal do Commercio*, 25 abr. 1963, p. 1.

³⁷ *Jornal do Commercio*, 26 abr. 1963, p. 6.

³⁸ *Jornal do Commercio*, 27 abr. 1963, p. 1.

do CGT para o dia 25 de maio a fim de pressionar o congresso para que as Reformas de Base fossem votadas.

Porém, embora a CSM tenha se manifestado contra a participação na greve programada pela direção nacional do CGT, a CTA recebeu um representante da Frente de Mobilização Popular – referida como Movimento de Mobilização Popular – a fim de articular uma caravana no Amazonas em prol da realização da Reformas de Base, contando com a participação do ex-governador Gilberto Mestrinho (PTB).³⁹ Na realidade, a direção nacional do CGT fez uma consulta aos Comandos Estaduais dos Trabalhadores (CETs) e, em reunião ocorrida no dia 27 de maio, acertaram o adiamento da decisão sobre a greve geral.

Diante da carestia que se avolumava, a direção nacional do CGT organizou uma campanha em favor das reformas de base e contra a escalada dos preços através da realização da “Semana Nacional contra a Carestia e pelas Reformas de Base”, realizada entre os dias 01 e 07 de agosto e que contou com a participação das principais entidades do país. Assim, na semana que antecedeu o dia 07 de agosto, o CGT/AM realizou diversos comícios pela cidade conclamando o povo a não comprar nada naquele dia.

Como a memória da radicalização ocorrida durante a greve de abril estava muito presente, os trabalhadores fizeram questão de afirmar que não se tratava de uma greve e que o trabalho seria realizado normalmente. O protesto se restringia a um boicote, sem a realização de piquetes que pudessem impedir a locomoção dos que não quisessem seguir a recomendação de não efetuar compras naquele dia. A despeito disso, o governador colocou as polícias civil e militar em prontidão e emitiu nota na qual reconhecia o direito de todos se manifestarem contra a desvalorização da moeda e contra o encarecimento do custo de vida, mas que asseguraria a ordem e o direito do trabalhador fazer ou não compras naquele dia.⁴⁰ No dia seguinte, os periódicos anunciavam que o protesto havia sido um fracasso e que a população “não tomou conhecimento dos esforços do CGT para fazer algo que impressionasse a opinião pública”, sendo que o comércio da cidade teria funcionado normalmente.⁴¹

O segundo semestre de 1963 foi marcado por uma intensificação das disputas entre empresários e trabalhadores por todo o país em virtude do acirramento dos conflitos distributivos após o fracasso do Plano Trienal, com uma escalada sem precedentes do número de paralisações.⁴² Assim, na segunda quinzena de setembro (18), eclodiu nacionalmente o movimento grevista dos

³⁹ *Jornal do Commercio*, 26 mai. 1963, p. 8.

⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 07 ago. 1963, p. 1.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, 08 ago. 1963, p. 8.

⁴² Felipe Pereira Loureiro, *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*, São Paulo: UNESP, 2017, p. 373.

bancários, afetando estados como Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas e Ceará.⁴³

No Amazonas, acompanhando o movimento nacional, o Sindicato dos Bancários marcou o início da greve para o dia 25. Tendo sido iniciada pelos bancários, a greve se alastrou para outras categorias profissionais da cidade, como os trabalhadores da estiva, os gráficos, os padeiros e os funcionários que trabalhavam na Companhia de Petróleo da Amazônia (COPAM). Novamente, o governador Plínio Coelho decretou a ilegalidade do movimento e a prisão das principais lideranças, entre elas Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Estivadores, e Napoleão Lacerda, presidente do Sindicato dos Bancários.⁴⁴ É interessante observar que enquanto o presidente João Goulart resistiu à pressão das entidades patronais e se recusou a declarar a greve ilegal, no estado do Amazonas, Plínio Coelho, que assim como Goulart também era integrante do PTB e tinha uma trajetória política bastante próxima ao movimento sindical, decretou a ilegalidade do movimento. Sobre Antogildo Vianna, o governador afirmou que “o chefe dos bancários não trabalha, mas ganha pelo suor alheio mais de cem mil cruzeiros por mês.”⁴⁵ Para ele, os trabalhadores estariam sendo manipulados por “agitadores profissionais que visam a queda do regime democrático a fim de criar clima propícios para um golpe da direita com a força, ou da esquerda com a foice.”⁴⁶ A postura do governador manteve o tom de radicalismo e de enfrentamento aos grevistas, afirmando que “esmagarei haja o que houver, custe o que custar, quem tentar ferir a autoridade.”⁴⁷

No dia 01 de outubro, a greve no estado já havia sido encerrada. Nesse mesmo dia, o governador Plínio Coelho fez um longo pronunciamento nas rádios no qual fazia um balanço da atuação do governo diante da crescente onda de movimentos grevistas que varria o estado, afirmando que os bancários do Banco do Estado do Amazonas (BEA) ganhariam 80% de aumento. Da mesma forma, a imprensa elogiava a postura vigorosa do governo contra os grevistas que traziam a desordem à cidade. A conduta intransigente adotada pelo chefe do mobilizados para substituir os grevistas foram necessários pois, com o fim da greve, os serviços de descarga foram restabelecidos. O governador obteve dos empregadores a garantia de que não haveria punição aos grevistas e que, em

⁴³ Em Fortaleza, uma agência do Banco do Brasil foi invadida pelos grevistas, resultando na prisão de Jose Moura Belesa, presidente do Sindicato dos Bancários. *Jornal do Commercio*, 28 set. 1963, p. 1.

⁴⁴ Napoleão Lacerda era acusado de manter sob cárcere alguns bancários na sede do sindicato para que não comparecessem ao trabalho.

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 29 set. 1963, p. 3.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 29 set. 1963, p. 8.

⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 29 set. 1963, p. 3.

maio, eles receberiam um aumento “por mínimo que seja.”⁴⁸ No sábado, o retorno dos trabalhadores às atividades repercutia na imprensa da seguinte maneira: “Sinfonia dos teares e ranger dos guindastes do cais do porto voltaram a dar vida à cidade.”⁴⁹

Contudo, mal havia encerrado as greves de tecelões e estivadores, notícias relacionadas a uma greve geral convocada pela direção nacional do CGT começavam a circular na imprensa. Diante dessa situação, representantes da Casa dos Sindicatos de Manaus dirigiram-se ao governador a fim de informar que não tinham a intenção de participar da greve geral anunciada pela direção do CGT para o dia 25 de maio a fim de pressionar o congresso para que as Reformas de Base fossem votadas.

Porém, embora a CSM tenha se manifestado contra a participação na greve programada pela direção nacional do CGT, a CTA recebeu um representante da Frente de Mobilização Popular – referida como Movimento de Mobilização Popular – a fim de articular uma caravana no Amazonas em prol da realização da Reformas de Base, contando com a participação do ex-governador Gilberto Mestrinho (PTB).⁵⁰ Na realidade, a direção nacional do CGT fez uma consulta aos Comandos Estaduais dos Trabalhadores (CETs) e, em reunião ocorrida no dia 27 de maio, acertaram o adiamento da decisão sobre a greve geral.

Diante da carestia que se avolumava, a direção nacional do CGT organizou uma campanha em favor das reformas de base e contra a escalada dos preços através da realização da “Semana Nacional contra a Carestia e pelas Reformas de Base”, realizada entre os dias 01 e 07 de agosto e que contou com a participação das principais entidades do país. Assim, na semana que antecedeu o dia 07 de agosto, o CGT/AM realizou diversos comícios pela cidade conclamando o povo a não comprar nada naquele dia.

Como a memória da radicalização ocorrida durante a greve de abril estava muito presente, os trabalhadores fizeram questão de afirmar que não se tratava de uma greve e que o trabalho seria realizado normalmente. O protesto se restringia a um boicote, sem a realização de piquetes que pudessem impedir a locomoção dos que não quisessem seguir a recomendação de não efetuar compras naquele dia. A despeito disso, o governador colocou as polícias civil e militar em prontidão e emitiu nota na qual reconhecia o direito de todos se manifestarem contra a desvalorização da moeda e contra o encarecimento do custo de vida, mas que asseguraria a ordem e o direito do trabalhador fazer ou não compras naquele dia.⁵¹ No dia seguinte, os periódicos anunciavam que o

⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 27 abr. 1963, p. 1.

⁴⁹ *Jornal do Commercio*, 27 abr. 1963, p. 1.

⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 26 mai. 1963, p. 8.

⁵¹ *Jornal do Commercio*, 07 ago. 1963, p. 1.

protesto havia sido um fracasso e que a população “não tomou conhecimento dos esforços do CGT para fazer algo que impressionasse a opinião pública”, sendo que o comércio da cidade teria funcionado normalmente.⁵²

O segundo semestre de 1963 foi marcado por uma intensificação das disputas entre empresários e trabalhadores por todo o país em virtude do executivo contra os grevistas contrasta com a imagem construída pelo então advogado e deputado Plínio Ramos Coelho que, no início de sua trajetória, tinha uma forte relação com o movimento sindical, tendo representado o interesse dos trabalhadores e de seus sindicatos em diversas ocasiões.

Lideranças sindicais e associações operárias sob a mira da ditadura

Com a deflagração do golpe civil-militar, a maioria dos dirigentes nacionais do CGT é presa de imediato. Durante o mês de abril, sindicatos, federações e confederações vinculados ao CGT sofreram intervenção: cerca de 350 sindicatos, 22 federações e as seis confederações de trabalhadores tiveram nesse período suas diretorias destituídas, sendo que muitos dos antigos dirigentes sindicais foram presos, outros se exilaram e houve mesmo os que desapareceram sem deixar vestígio.⁵³ Segundo dados do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais. Entre 1964 e 1970, 536 entidades foram atingidas, com o número de dirigentes sindicais cassados girando em torno de dez mil. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos.⁵⁴

No estado do Amazonas, as principais lideranças sindicais sofreram violenta perseguição e muitos deles foram presos, foram destituídos de seus cargos e tiveram seus mandatos políticos cassados. Com a deflagração do golpe, Fábio Lucena, uma das principais lideranças do Sindicato dos Bancários e que mais tarde seguiria destacada carreira política, tornando-se Senador do Amazonas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi preso, como subversivo, no extinto 27º Batalhão de Caçadores.⁵⁵ A perseguição a Lucena levou a que ele fosse afastado do Banco do Brasil sem receber qualquer

⁵² *Jornal do Commercio*, 08 ago. 1963, p. 8.

⁵³ Sérgio Amad Costa, *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*, São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981, p. 148.

⁵⁴ Maria Cardoso Cunha, “Violações de direitos humanos dos trabalhadores” in Comissão Nacional da Verdade, *Relatório: textos temáticos* (Vol. 2), Brasília: CNV, 2014, Vol. 2, pp. 57-88 (p. 61).

⁵⁵ Arquivo Nacional (doravante AN), Fundo do Serviço Nacional de Informações (doravante SNI), *Dossiê sobre Fábio Pereira Lucena Bittencourt*, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73064451, Rio de Janeiro, 1973, p. 1.

remuneração, recebendo auxílio para seu sustento dos funcionários do Sindicato dos Bancários do Amazonas e do presidente do Sindicato, José Dutra. Segundo Giovanni Amaral,

no Sindicato dos Bancários, Lucena se destacou como grande tribuno e defensor de sua classe. Devido à ditadura, sofreu todo tipo de perseguição: foi intimado diversas vezes para comparecer ao Exército, foi preso em outras oportunidades. Em virtude dessa perseguição, Fábio Lucena foi punido com sua transferência, da agência do Banco do Brasil de Manaus para Jequitinhonha em Minas Gerais, no período de 1969 a 1971.⁵⁶

De volta ao estado, Fábio Lucena foi o candidato mais votado nas eleições para a Câmara Municipal de Manaus em 1972, obtendo 8.442 votos. Nesta eleição, em manchete com o título “A Câmara é da oposição”, o *Jornal do Commercio* destacava a eleição de seis vereadores do MDB, sendo os quatro primeiros os mais votados (Fábio Lucena, Damião Ribeiro, José de Aquino e Manuel Diniz).⁵⁷ No entanto, por suas atitudes consideradas “danosas prejudiciais e perigosas para a segurança nacional”,⁵⁸ Lucena enfrentou dois processos que pediam a anulação de sua diplomação por se tratar de um “elemento subversivo” e em virtude de suas atitudes “em épocas que antecederam a Revolução de Março.”⁵⁹ Giovanni Amaral destaca que os motivos da perseguição se devem a uma “denúncia de que um preso de nome Mizael Parada fora chacinado na Penitenciária do Estado, cujo diretor era Antônio Trindade”, que mais tarde tornou-se o representante do Ministério Público que “coincidentemente” foi responsável por impetrar a ação contra Lucena.⁶⁰

Manuel Rodrigues da Silva foi outra importante liderança operária que esteve sob a mira da ditadura. Nascido em Parnaíba (PI). Chegou no Amazonas em 1943 a fim de trabalhar como soldado da borracha, mudando de ideia ao saber dos maus tratos infringidos aos trabalhadores nos seringais.⁶¹ Em 1945, filiou-se ao PCB, exercendo importante militância nas décadas seguintes. Em 1956, foi

⁵⁶ Giovanni Amaral, “Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017, p. 20, <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6048>.

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 18 nov. 1972, pp. 1-3, p. 3.

⁵⁸ AN, SNI, *Dossiê Fábio Pereira Lucena Bittencourt*, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73064451, p. 3.

⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 24 dez. 1972, p. 3.

⁶⁰ Amaral argumenta que Lucena teria descoberto que, em março de 1968, o detento Mizael Parada Peixoto fora torturado nas dependências da prisão, sob a direção de Antônio Trindade, e que durante 52 dias deram-lhe apenas água e sal por alimento, o que o levou à morte por inanição. Amaral, “Fábio Lucena: um senador Amazônida”, p. 34.

⁶¹ José Maria Gomes Monteiro, *Encontro das águas: história do PCB ao PPS no Amazonas*, Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2019, p. 83.

eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. Em 1958, Manuel Rodrigues concorreu a uma vaga de deputado estadual, ficando na primeira suplência, e, em 1959, foi eleito pelo PTB vereador da cidade de Manaus em 1962. No entanto, com o golpe de 1964, Manuel Rodrigues, que já se notabilizava por intensa oposição ao governador Plínio Ramos Coelho,⁶² teve seu mandato cassado pela Câmara dos Vereadores de Manaus sob a alegação de fazer parte do Partido Comunista do Brasil.⁶³ De acordo com o *Jornal do Commercio*, Manuel Rodrigues da Silva foi preso no dia 15 de abril de 1964 e que foi constituída uma comissão dos vereadores da cidade de Manaus com o objetivo de apurar a participação de outros vereadores nos movimentos subversivos ao “regime democrático.”⁶⁴

Assim como Manuel Rodrigues, o paraibano Luís Barros de Santana⁶⁵ também veio para o Amazonas como “soldado da borracha. No entanto, ao fazer uma parada em Coari, passou a fazer serviços como sapateiro e ali se fixou até transferir-se para Manaus.⁶⁶ Na década de 1950, filiou-se ao PCB e passou a participar do movimento sindical, sendo eleito presidente do Sindicatos das Indústrias de Calçados tendo sido membro da primeira diretoria da FTI, fundada em 29 de março de 1957.⁶⁷ Com o golpe, foi preso na mesma ocasião de muitos de seus companheiros.⁶⁸

Outra destacada liderança da classe trabalhadora que sofreu com a perseguição após o golpe de 1964 foi Aviz Valente,⁶⁹ presidente do Sindicato dos Gráficos, que teve importante atuação na Casa do Trabalhador do Amazonas.

⁶² Segundo relato do próprio Manuel Rodrigues a José Maria Gomes Monteiro, no contexto da greve dos tecelões (já mencionada neste artigo), Manuel Rodrigues foi preso e conduzido à Chefatura de Polícia, passando a ser torturado. Depois de passar por uma sessão de espancamento, foi obrigado a comer um jornal que continha uma reportagem na qual criticava o governador Plínio Ramos Coelho. Segundo o próprio vereador, seu algoz rasgou o jornal em pedacinhos, colocando-o em um prato e dizendo: “Toma, é teu almoço, vais ter que engolir tudo o que disseste do governador.” Monteiro, *Encontro das águas*, p. 84.

⁶³ Fernanda Fernandes da Silva, “O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas: da fundação do diretório estadual ao golpe civil-militar”, *Revista Tempo Amazônico*, v. 8, n. 2 (2021), pp. 43-61.

⁶⁴ *Jornal do Commercio*, 25 abr. 1964, p. 06.

⁶⁵ Luís Barros Santana nasceu em 09 de agosto de 1921, na Paraíba.

⁶⁶ Monteiro, *Encontro das águas*, p. 90.

⁶⁷ *Jornal do Commercio*, 9 maio 1964, p. 3.

⁶⁸ AN, SNI, *Atuação Do Partido Comunista Brasileiro, PCB, no estado do Amazonas*, n. 5537, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.85005537, Rio de Janeiro, [ca. jul. 1985], pp. 1-31, p. 12.

⁶⁹ Aviz Valente nasceu em 25 de maio de 1930, no município de Itacoatiara/AM. Formou-se em Ciências Econômicas pela FCE/UA. Esteve na Guanabara para acompanhar o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Após o golpe, manteve sua atuação como sindicalista, sendo eleito presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do estado do Amazonas, exercendo o cargo entre janeiro de 1969 e janeiro de 1971. AN, SNI, *Dossiê Infiltração Comunista na Administração Pública*, n. 197, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.79000197, Rio de Janeiro, 1979, pp. 1-5.

Aviz do Amaral Valente foi presidente do Sindicato dos Gráficos, presidente da FTL, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores do estado do Amazonas (CGT/AM) e presidente da executiva estadual do CGT nacional, participando ativamente da consolidação da Casa do Trabalhador do Amazonas e sendo um dos protagonistas das disputas entre trabalhistas e comunistas pela liderança das principais associações operárias. Em virtude de suas atividades sindicais foi considerado pela ditadura como um “elemento subversivo de alta periculosidade”, tendo sido preso em setembro de 1964 e destituído de suas funções de membro da comissão de Julgamento e Revisão da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.⁷⁰ Em 1966, Aviz Valente⁷¹ foi incurso como um dos réus em um Inquérito Policial Militar (IPM) que tinha por finalidade apurar as “atividades subversivas” do ex-governador Gilberto Mestrinho, acusado de “ter dado cobertura a movimentos grevistas”⁷² com a intenção de assegurar o “apoio eleitoral das massas dos sindicatos.”⁷³

O golpe de 1964 trouxe fortes impactos sobre a organização sindical amazonense em virtude das prisões das principais lideranças e das intervenções nos sindicatos. Antogildo Pascoal Viana, uma das principais lideranças sindicais do estado do Amazonas, tendo atuado como presidente do Sindicato dos Estivadores entre 1954 e 1963, foi uma das primeiras vítimas da ditadura militar. Estivador e sindicalista amazonense, Antogildo nasceu em Itacoatiara, município localizado no interior estado do Amazonas (AM). Chegando em Manaus e começando a trabalhar no porto da cidade como estivador, foi eleito para presidente do Sindicato dos Estivadores de Manaus, em 1954, aos 27 anos de idade, iniciando um período de forte atuação no movimento sindical amazonense e brasileiro.⁷⁴

⁷⁰ AN, SNI, *Dossiê Infiltração Comunista na Administração Pública*, n. 197, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.79000197, pp. 1-5.

⁷¹ Em 1982, Aviz Valente ainda era observado pela ditadura, a ponto de solicitar autorização para viajar em missão da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. AN, Fundo Ministério das Relações Exteriores (doravante MRE), *Dossiê Aviz Valente*, n. 02332, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74092489, Rio de Janeiro, 1982, pp. 1-4.

⁷² O IPM referia-se à greve de 1962. Em seu depoimento, Aviz Valente revelou inclusive ter recebido apoio financeiro de Mestrinho em uma greve ocorrida posteriormente. Também constaram como réus neste IPM os ex-dirigentes sindicais Manuel Oliveira de Souza, Francisco Alves dos Santos, Aldemar dos Santos Bonates, Mário Quadros, Mauro Pinheiro Bezerra e Manuel Rodrigues da Silva, além do jornalista Aristófanes Bezerra de Castro. AN, SNI, *Dossiê Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo entre outros*, n. 1.029, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.80000860, Rio de Janeiro, 1980, pp. 1-71.

⁷³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 out. 1966, p. 3.

⁷⁴ A eleição para a direção do Sindicato dos Estivadores ocorreu em 30/12/1953, tendo sido eleitos Antogildo Pascoal Vianna (presidente), Ruy de Castro Pereira (secretário) e Severino José Ribeiro (suplente). Ruy Pereira e Severino Ribeiro pediram renúncia de seus cargos em julho de 1954. Não foi possível apurar os motivos das renúncias. Porém, na véspera da assembleia extraordinária convocada para o dia 27/07 a fim de tratar dos pedidos de renúncia, o associado

Nos anos seguintes, Antogildo exerceu forte influência no movimento sindical amazonense, participando ativamente das disputas políticas que atingiram o meio sindical naquele período. O destaque obtido por sua atuação no meio sindical levou a que ele concorresse a uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado nas eleições de 1954 e na eleição suplementar de março de 1956 a uma cadeira na Câmara Municipal, em ambas concorrendo pelo PSD, de Álvaro Maia, tendo ficado como suplente nas duas eleições.⁷⁵ Nas eleições seguintes, em 1958, aproximou-se do PTB, de Plínio Coelho, tendo concorrido a uma cadeira na Assembleia Legislativa pelo PST. Sua atuação destacada no sindicalismo estadual o conduziu a uma forte atuação junto à Federação Nacional dos Estivadores, onde assumiu o cargo de tesoureiro, em fins de 1963. No dia 31 de março, às vésperas do golpe, quando ocorria uma reunião do conselho de representantes da categoria, a sede da Federação Nacional dos Estivadores foi invadida por fuzileiros navais que entraram em conflito com os estivadores ali presentes, lançando diversas bombas de gás lacrimogênio pela janela e prendendo vários sindicalistas.⁷⁶

Antogildo Pascoal Viana foi uma das vítimas dessa impiedosa perseguição. Alguns dias após a prisão, seu corpo foi encontrado no dia 08 de abril de 1964, depois de supostamente ter se atirado da janela do 5º andar do edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores de Cargas (IAPETEC), localizado na avenida Brasil, no Rio de Janeiro. De fato, Antogildo foi torturado até a morte e lançado do prédio com o intuito de mascarar as reais causas de sua morte. Ao longo do período, a prática de fazer com que as execuções parecessem suicídios era bastante comum, sendo o caso mais notório o do jornalista Wladimir Herzog. Outras lideranças sindicais tiveram o mesmo destino de Antogildo: José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, também teria falecido após se atirar pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central quando se encontrava preso para averiguações pelo DOPS.⁷⁷

Logo após o golpe, o Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários de Manaus sofreu intervenção e teve seu presidente, Antônio Carlos de Melo Filho⁷⁸, destituído de cargo por ser considerado “anti-

Domingos Martins dos Santos agrediu fisicamente Antogildo Pascoal Vianna. *Jornal do Commercio*, 20 jul. 1954, p. 2 e 27 jul. 1954, p. 2.

⁷⁵ *Jornal do Commercio*, 13 mar. 1956, p. 2.

⁷⁶ Thiago Cedrez da Silva, “Dos porões ao Cais”: memória e experiência de estivadores do Rio Grande-RS nos anos de 1960 a 1969. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016, p. 139, <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5574>.

⁷⁷ Queirós, “Que fizeram com meu pai?”, p. 187.

⁷⁸ AN, SNI, *Dados de Qualificação de Elementos ligados ao PCB*, ACE 4061/1984, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.84004969, Rio de Janeiro, 1983, pp. 1-7.

revolucionário e magoado com a revolução” e por ser “relacionado como elemento pertencente ao Partido Comunista do Amazonas.”⁷⁹ No dossiê organizado pelo Serviço Nacional de Informações sobre suas atividades, destaca-se a participação de Antônio Carlos Melo Filho como representante do Sindicato dos Empregados na APM em reunião do Comando Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) ocorridas ao longo do ano de 1963 na sede da Casa do Trabalhador do Amazonas. Na mesma ocasião, Raimundo Jacyntho da Silva e Raimundo de Andrade Simões, lideranças do Sindicato Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Manaus também foram removidos de seus cargos e o sindicato sofreu intervenção, assim como o Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Cargas do Porto de Manaus.⁸⁰

As intervenções da ditadura sobre os sindicatos e federações de trabalhadores foram muito numerosas e demonstram o objetivo de dismantlar o processo de organização da classe trabalhadora brasileira e, no caso em tela, amazonense. Com o assassinato de seu presidente, Antogildo Pascoal Vianna, o Sindicato dos Estivadores passou a ter como interventor o tenente do Exército Flávio Franco de Sá.⁸¹ No dia 28 de abril de 1964, o presidente do Sindicato dos Portuários do Amazonas, Manoel Amâncio de Oliveira,⁸² foi destituído pelo Major João Walter de Andrade assim como toda a diretoria.⁸³ Vindo de Fortaleza para o Amazonas, em 1943, a fim de trabalhar nos seringais, Manoel Amâncio filiou-se ao PCB em 1945, passando a exercer destacada militância tanto no partido quanto no sindicato dos portuários.⁸⁴

Francisco Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Manaus, também foi removido de seu cargo, juntamente com toda a diretoria.⁸⁵ Chico Alves, como era conhecido, também foi acusado como réu no IPM contra Gilberto Mestrinho mencionado anteriormente.⁸⁶ O sindicalista filiou-se ao PCB em 1946 e fugiu de Manaus logo após a deflagração do golpe.

⁷⁹ Em 1970, Antônio Carlos Melo Filho atuava como vice-presidente do Departamento Trabalhista da ARENA na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). AN, SNI, Série Antecedentes de Pessoal, *Confidencial*, n. 4061, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.83004061, Rio de Janeiro, 1971, pp. 1-7, p. 4.

⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 26 abr. 1964, p. 08.

⁸¹ *Jornal do Commercio*, 25 abr. 1964, p. 6.

⁸² Nasceu em 21 de maio de 1920, no Ceará. AN, SNI, *Dados de Qualificação de Elementos ligados ao PCB*, ACE 4969/1984, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.84004969, Rio de Janeiro, 1984, pp. 1-6, p. 3.

⁸³ *Jornal do Commercio*, 28 abr. 1964, p. 06.

⁸⁴ Monteiro, *Encontro das águas*, p. 85.

⁸⁵ *Jornal do Commercio*, 23 jul. 1964, p. 02.

⁸⁶ Francisco Alves nasceu em 11 de fevereiro de 1922, em Manaus. Formou-se em Direito. Consta no relatório do IPM que “antes perigoso agitador, hoje se transformou em um pacífico cidadão que tremia ao depor”. Quando perguntado como encarava a “revolução”, respondeu que “ela

A Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Amazonas (FIA) sofreu uma intervenção, passando a ser dirigida pelo Delegado Regional do Trabalho Ananias.⁸⁷ A Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) – bem como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em âmbito nacional – tiveram suas atividades encerradas.

O golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu representaram um duro baque sobre as associações operárias amazonenses e sobre suas principais lideranças. Décadas de forte organização sindical foram fortemente abaladas pela perseguição e pela repressão que se abateram sobre os trabalhadores. Sindicatos sob intervenção e sindicalistas na cadeia e/ou perseguidos: este foi o saldo deste período. No entanto, podemos utilizar aquela velha metáfora e dizer que a classe trabalhadora é como o bambu: verga, mas não quebra!

trouxe muitas melhorias, mormente no que diz respeito aos direitos do trabalhador”. AN, SNI, *Dossiê Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo entre outros*, n. 1.029, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.80000860, pp. 1-71. Exercendo a suplência na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, teve seu mandato suspenso e seus direitos políticos cassados por dez anos por decreto de 13/06/1964. AN, SNI, *Dossiê Elementos políticos cassados*, n. 72.865, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74072865, Rio de Janeiro, 1974, pp. 1-5.

⁸⁷ *Jornal do Commercio*, 08 dez. 1964, p. 05.

Referências

Aviz Valente, *CGT: antecedentes e protagonistas*, Manaus: Travessia, 2005.

Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, in Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs.), *O Brasil republicano (Vol. 3)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 47-96.

Daniel Aarão Reis Filho, “Entre Reforma e Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”, in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, Campinas: Editora Unicamp, 2002, pp. 73-108.

César Augusto Bubolz Queirós, “Comunismo e sindicalismo: o PCB e as disputas sindicais ‘na grande terra oprimida dos barés’ (1944-1964)”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14 (2022), pp. 1-20, <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2022.e87183>.

César Augusto Bubolz Queirós, “O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o golpe de 1964 no Amazonas”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 8, n. 15 (2016), pp. 49-65, <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2016v8n15p49>.

César Augusto Bubolz Queirós, “‘Que fizeram com meu pai?': sindicalismo e ditadura no Amazonas”, *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 4 (2020), pp. 183-206, <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2022.e87183>.

Eder de Oliveira, “Entre a Reforma e a Revolução: o PCB e a Revolução Brasileira”, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017, <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b1129205-6e12-409c-bec3-ae84e3bc70bf>.

Edgard Carone, *O P.C.B. (1943-1964) (Vol. 2)*. São Paulo: Difel, 1982.

Evaristo Giovanetti Netto, *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*, São Paulo: Novos Rumos, 1986.

Felipe Pereira Loureiro, *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*, São Paulo: UNESP, 2017.

Fernanda Fernandes da Silva, “O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas: da fundação do diretório estadual ao golpe civil-militar”, *Revista Tempo Amazônico*, v. 8, n. 2 (2021), pp. 43-61.

Giovanny Amaral, “Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017, <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6048>.

José Maria Gomes Monteiro, *Encontro das águas: história do PCB ao PPS no Amazonas*, Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2019.

Lucília Neves Delgado, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

Lucília Neves Delgado, *PTB: do getulismo ao reformismo*, São Paulo: Marco Zero, 1989.

Maria Cardoso Cunha, “Violações de direitos humanos dos trabalhadores” in Comissão Nacional da Verdade, *Relatório: textos temáticos (Vol. 2)*, Brasília: CNV, 2014, pp. 57-88.

Sérgio Amad Costa, *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*, São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

Thiago Cedrez da Silva, “Dos porões ao Cais”: memória e experiência de estivadores do Rio Grande-RS nos anos de 1960 a 1969. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016, <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5574>.

Artigo recebido em 13-10-2024. Aceito para publicação em 25-05-2025.

Citação: César Augusto Queirós, “O sindicalismo amazonense sob a mira da ditadura: lideranças sindicais, associações operárias e golpe de 1964”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43, (2025), pp. 1-24.

Contato do autor: César Augusto Queirós: cesardequeiros@gmail.com